

Gramática e sociedade



Marlene Silva Sardinha Gurpilhares

Doutora em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Titular e Orientadora de Pesquisas nas Faculdades Integradas Teresa D'Ávila.

Carlos Alberto de Oliveira

Doutor em Computação Aplicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Professor do Departamento de Ciências Sociais e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté.

À GUISA DE INTRODUÇÃO

Causou certo alvoroço¹ uma cartilha do MEC, na qual era tratado o fenômeno da (não) concordância gramatical na expressão “os livro”. E, durante as discussões sobre o assunto na mídia paulista, das quais destacamos a coluna e o artigo jornalísticos de Rossi (2011) e Gois (2011), respectivamente, abordaram-se os conceitos (tais como, o de ‘certo/errado’, o de ‘cultura/culto’ e de ‘gramática’), sob, no mínimo, dois pontos de vista.

Na esteira dessas discussões é necessário reenfatizar que o ensino da gramática tradicional tem sofrido fortes oscilações nos últimos tempos, desde a questão de ensiná-la (ou não), até a dúvida sobre a questão de como fazê-lo.

A partir dessas considerações e partindo do pressuposto que a cultura de um povo se constrói tendo como suporte o contexto vigente, pretende-se examinar a função e o objetivo da Gramática Tradicional, desde a sua origem na Grécia Antiga até nossos dias.

PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES

Remontando à Antiguidade, observamos que houve uma situação histórica e cultural que condicionou o aparecimento da atividade gramatical entre os gregos. O surgimento da gramática é um fato da cultura helenística e característica dela. Como tal, representa um mecanismo de preservação da cultura helênica, com ênfase para a transmissão de um patrimônio literário, especificamente as obras de Homero, o que motiva o surgimento da gramática. O objetivo era preservar o grego clássico.

Já na Idade Média seguiram a gramática latina (Donato e Prisciano), para o ensino do latim clássico. Diferentemente da Antiguidade, os escolásticos estavam interessados na língua como instrumento para explicar a realidade. E também as categorias gramaticais. Era a gramática filosófica ou especulativa.

No Renascimento, o estudo gramatical foi de novo aliado da literatura, pois seu objetivo era tornar acessível a literatura clássica e ajudar na aprendizagem do latim clássico. Publica-se a 1ª gramática da língua portuguesa (1536), da autoria de Fernão de Oliveira.

Nos séculos XIX e XX temos a gramática comparada, preocupada com o estudo da etimologia das palavras, e a sociolinguística, que prioriza o estudo das variantes linguísticas. Nesse mesmo período, com o desenvolvimento da Psicologia cognitiva, surge a Gramática Gerativa, de Noam Chomsky, baseada nos universais linguísticos.

No século XXI, o Ministério da Educação e Cultura cria a NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) com o objetivo de unificar a terminologia da gramática. Nesse período surge uma discussão entre os gramáticos, pois uns querem manter a adoção de autores de prestígio e outros querem considerar as variantes não padrão.

Numa fase pós/NGB, devido aos avanços dos estudos linguísticos, já com a Linguística Textual em vigor, alguns gramáticos tentam incorporar teorias linguísticas para situar o papel da gramática na sociedade linguística, ainda que as regras gramaticais sejam

preservadas, mantendo-se fiéis à tradicionalidade da gramática normativa.

Conforme exposto, pretende-se neste trabalho, estabelecer uma relação entre o objetivo e a função da gramática tradicional e o paradigma teórico do contexto vigente. Sendo assim, iniciamos nosso percurso histórico pelo período da Antiguidade.

O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO: A CIVILIZAÇÃO GREGA, OS HELENOS E OS HELENÍSTICOS

Segundo Neves (1987) os estudos sobre a gramática tradicional remontam à gramática grega. É, portanto, no contexto sócio-histórico da Antiguidade grega que vamos encontrar as características que a legitimam. Acima de tudo, houve uma situação histórica e cultural que condicionou o surgimento da atividade gramatical entre os gregos. O aparecimento da gramática é um fato da cultura helenística e característico dela. Como fato da cultura helenística, representa um mecanismo de preservação da cultura helênica.

É importante observar que a época helenística representa, em relação à época helênica, não apenas uma diferença de organização política e social, mas também o estabelecimento de um novo estilo de vida, um novo ideal de cultura, por exemplo, um esforço de pesquisa.

Nesse contexto, a educação representa, acima de tudo, a transmissão de um patrimônio literário e, assim, o exame de grandes obras do passado, o que constitui a atividade cultural por excelência.

Particularmente importante é a explicação dos textos dos poetas, em especial a exegese homérica. Consequentemente, torna-se imprescindível para essa pesquisa, uma visão geral da civilização helênica e helenística, na Grécia.

Para entendermos os helenísticos é necessário nos reportarmos para os primeiros tempos da história grega.

Segundo Burns (1971) a raça grega se formou nos tempos homéricos que se estenderam aproximadamente de 1200 a 800 a.C., como civilização helênica.

Tudo que se pode afirmar é que os helenos eram uma raça mista que falava uma língua de filiação indo-européia. Todos os gregos da época homérica possuíam essencialmente a mesma cultura, que era relativamente primitiva em seus caracteres. Nesse momento se lançaram as bases de grande parte do desenvolvimento social e político dos séculos que se seguiram.

Com relação à literatura, afirma Burns (1971) que os gregos homéricos eram um povo pré-literário cujas produções intelectuais não iam muito além do desenvolvimento de cantos populares, baladas e pequenas epopéias cantadas e levadas de uma aldeia a outra. Grande parte desses poemas foi reunida na *Iliada* e na *Odisseia*, que constituem o mais rico tesouro de informações sobre os ideais e os costumes dos tempos homéricos, e veio a lume sob a forma escrita no século IX a. C..

Assim, nesse contexto é possível afirmar que o meio mais comum de expressão literária na época de formação dos povos é a narração épica de feitos heróicos. Observa-se

que, a *Iliáda* narra o amor e a ira de Aquiles e a *Odisséia*, as peregrinações e a volta de Ulisses.

A civilização helênica propriamente dita chegou ao seu termo com a morte de Alexandre Magno, em 323 a.C. A fusão de culturas e a mistura de povos, resultante das conquistas de Alexandre, pôs fim à maior parte dos ideais encarnados pelos gregos dos primeiros tempos. Aos poucos, foi surgindo uma nova forma de civilização baseada num misto de elementos gregos e orientais.

A essa nova civilização, que se estendeu até aproximadamente o início da era cristã, costuma-se dar o nome de helenística. (Neves, 1987). A disciplina gramatical aparece na época helenística, que se diferencia da época helênica tanto na organização política e social, como no modo de vida e na cultura.

A Literatura na civilização helenística

A literatura helenística é significativa sobretudo pela luz que lança sobre a fisionomia dessa civilização. Grande parte de seus escritos eram pobres em originalidade ou em profundidade de pensamento, mas saíram das mãos dos copistas numa profusão quase incrível, se considerarmos que era desconhecida a arte de imprimir.

Os nomes de pelo menos 1100 autores já foram catalogados, e outros mais são adicionados todos os anos. Grande parte do que escreviam era de ínfima qualidade, sendo comparável aos suplementos dominicais e às novelas baratas de nossos dias. Contudo, houve obras bem acima da mediocridade e umas poucas que alcançaram os mais altos padrões estabelecidos pelos gregos.

A Filosofia na civilização helenística

As primeiras e mais importantes filosofias helenísticas foram o epicurismo e o estoicismo, ambas surgidas mais ou menos em 300 a.C. Seus fundadores foram respectivamente Epicuro e Zenon, que residiram em Atenas, embora o primeiro tivesse nascido na ilha de Samos e o último em Chipre, sendo provavelmente de origem fenícia.

Para a história da linguística, a mais importante escola filosófica é a dos estoicos. Os estoicos trabalharam em vários campos que já tinham sido cultivados por Aristóteles, mas em alguns pontos de filosofia e retórica desenvolveram seus próprios métodos e doutrinas.

Uma escola também muito importante foi a dos alexandrinos, que será tratada na parte que se refere à origem da gramática.

A Linguística na civilização helenística – a origem da gramática

Podemos considerar, com relação à origem da gramática, segundo Neves (2001, p. 19) que

se formos à gênese da questão, veremos que, na história do pensamento grego, a gramática, como busca do mecanismo interno à língua, como busca do sistema de regras responsável pelo cálculo das condições de produção de sentido, precedeu a gramática como descrição, com vista à prescrição, de determinados usos da língua. Naquela ponta

pensaram os filósofos, nesta outra, deram lições os propriamente chamados gramáticos. A imagem do usuário da língua está na obra dos últimos: eles oferecem ao usuário uma descrição que lhe permite conhecer o padrão a ser seguido no uso da língua.

Foi na Grécia, por volta do século V a.C., que se iniciaram, como ramo da Filosofia, os estudos linguísticos que, desenvolvidas pelos romanos, pelos trabalhos especulativos da Idade Média e pelo estudo normativo dos gramáticos dos períodos subsequentes, constituem o que no ocidente se tem chamado “gramática tradicional”. (Lobato, 1986: 77-79)

À Filosofia, especialmente aos filósofos Platão, Aristóteles, aos estoicos e aos Alexandrinos devemos as primeiras e mais importantes contribuições para a Gramática Tradicional. Os alexandrinos, eram assim chamados por terem desenvolvido seus estudos na colônia grega de Alexandria, onde, no século III a.C., floresceu um grande centro de estudos literários e linguísticos.

Considera-se que foi nesta época que se codificou a chamada gramática tradicional do grego: nos séculos III e II a.C., os sábios de Alexandria escreveram glossários e compêndios gramaticais, com o fim de tornar possível, pelos contemporâneos, a leitura dos textos clássicos, sobretudo os de Homero, cuja língua diferia bastante do grego falado então.

Essas primeiras gramáticas, ainda incompletas e pouco sistemáticas, baseadas na língua escrita, tinham os dois objetivos citados a seguir: 1) elucidação da língua dos textos literários arcaicos; 2) proteção do grego clássico, que deveria ser resguardado de corrupções, surgindo daí a noção do “certo x errado” (Lobato, 1986).

Essa postura dos alexandrinos vem ao encontro do que foi exposto anteriormente em PRIMEIRAS PALAVRAS, ou seja, a preocupação da educação no período helenístico, ao transmitir um patrimônio literário, especificamente a exegese homérica;

para facilitar a leitura dos primeiros poetas gregos, os gramáticos publicaram comentários e tratados de gramática, que cumpriam duas tarefas: estabelecer e explicar a língua desses autores (pesquisa) e proteger da corrupção essa língua “pura” e “correta” (docência), já que a língua falada quotidianamente nos centros do helenismo era considerada “corrompida”. (Neves, 1987: 104/105)

A Idade Média retoma a Antiguidade, em muitos aspectos, principalmente na Filosofia. São comentados os mesmos textos de Aristóteles, e as mesmas disciplinas (dialética, retórica, lógica) formam o alicerce da vida intelectual. Alguns autores como Santo Agostinho pertencem aos dois mundos, o antigo e o medieval.

O CONTEXTO MEDIEVAL

A Filosofia na Idade Média

A Filosofia medieval teve seu apogeu nos séculos XII e XIII, quando floresceu a filosofia escolástica, que é o resultado da integração da filosofia aristotélica no pensamento

cristão, por diversos pensadores (São Boaventura, Alberto o Magno, São Tomás de Aquino, Duns Scoto). Por influência da filosofia aristotélica, os escolásticos retomaram a idéia de um sistema filosófico universal, procurando reduzir todas as ciências a um conjunto de proposições independentemente verdadeiras (i.e., a verdade dessas proposições poderia ser demonstrada dedutivamente a partir de um certo número de princípios de base, válidos universalmente). Esse pensamento filosófico refletiu-se diretamente no estudo lingüístico, criando-se os universais lingüísticos, princípios teóricos comuns a todas as línguas. Essa idéia de universalidade acompanha os estudos gramaticais, desde então até hoje.

Diferentemente da preocupação clássica, os escolásticos estavam interessados na língua como um instrumento para explicar a realidade. E assim também as categorias gramaticais. Era a gramática científica ou especulativa, baseada nos universais lingüísticos. Era a influência da filosofia escolástica.

A gramática na Idade Média

A gramática da Idade média está baseada nos universais lingüísticos, que surgiram com a escolástica. Os gramáticos da época aceitaram a idéia de que cabe à ciência a identificação de princípios universais dos quais derivariam as categorias da gramática, da lógica, da epistemologia e da metafísica. As partes do discurso apresentadas por Donato e Prisciano (primeiros gramáticos romanos) foram aceitas como universais. Os conceitos (as coisas sobre as quais os homens podem falar) foram também considerados universais: as línguas teriam a possibilidade de exprimir os mesmos conceitos, sendo acidentais as suas diferenças (p. ex., as diferenças entre as formas das palavras). Esse tipo de gramática que trata das características lingüísticas universais difere das gramáticas do tipo das de Donato e Prisciano em seu próprio objetivo: enquanto as de Donato e Prisciano eram compêndios normativos que tratavam do uso correto de dada língua com fins didáticos, as gramáticas escritas sob a influência escolástica eram gramáticas gerais com fins teóricos. Isto é, umas eram gramáticas pedagógicas e outras eram científicas.

Essas gramáticas gerais compartilhavam com os estudos dos estóicos a idéia de que a língua é um meio de analisar a realidade. Elas são também chamadas gramáticas especulativas exatamente por seus autores acreditarem que a língua se assemelha a um espelho – *speculum*, em latim – que reflete a realidade extralingüística. Esse pressuposto levou-os naturalmente a privilegiar o estudo da significação. Em virtude do grande número de obras publicadas nos séculos XIII e XIV pelos gramáticos gerais medievais com o título “De Modis Significandi” (sobre os modos de significar), ficaram eles conhecidos como modistas. Para eles os modos de significar (substantivo, verbo, etc.) correspondiam necessariamente aos modos de ser e de compreender: a palavra representaria a coisa de uma determinada maneira (como substância, como ação, como atributo, etc.) e essa representação não poderia tomar forma senão na parte do discurso correspondente (substantivo, verbo, adjetivo, etc.).

DO RENASCIMENTO AO SÉCULO XIX

A Gramática no período do Renascimento do Século XVIII

Segundo Lobato (1986) o estudo gramatical na Renascença foi de novo um aliado da literatura, pois seu objetivo era o de tornar acessível a literatura clássica e ajudar na aprendizagem do latim clássico. No século XVI surgiu um grande número de gramáticas em todo o mundo, tomando por base as gramáticas greco-romanas. Nessa época, foi publicada a primeira gramática portuguesa (Grammatica de linguagem portuguesa), de Fernão de Oliveira [1536], e a gramática de João de Barros [1540]. Surge também o interesse pelas novas línguas, motivado pelas grandes descobertas e consequentes contatos entre povos de línguas diferentes, pela Reforma (que aumentou o interesse pelo hebraico, pelo aramaico, pelo armênio e pelo siríaco), e pelo desenvolvimento da imprensa.

No século XVII são retomadas as especulações filosóficas no âmbito dos estudos lingüístico. Na França, a “Grammaire Générale et Raisonnée” (Gramática Geral e racional) publicada em 1660 pelos gramáticos de Port Royal (V. Lancelot & Arnauld [1660]) foi uma tentativa de moldar os fatos gramaticais a formas lógicas universais. Nessa linha se insere a “Grammatica Philosophia da Língua Portuguesa”, de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), publicada no século XVIII em Lisboa.

O problema da relação entre língua e pensamento, que vem do tempo de Aristóteles, é discutido nos séculos XVII e XVIII por Bacon, Descartes, Spinoza, Locke, Leibniz e outros



GRAMMÁTICA DA
língua portuguesa com os mandamen-
tos da gramática

filósofos. A grande tentativa da época foi a de invenção de uma língua filosófica universal e geral, com base no pressuposto de que há um sistema lógico e racional preexistente a todas as línguas e do qual todas elas não são senão variantes, sendo a estrutura da língua um produto da razão, um reflexo do pensamento. As gramáticas de Port Royal e de Soares Barbosa são tentativas nesse sentido.

O século XVIII desenvolveu um estudo linguístico baseado nos mesmos pressupostos filosóficos dominantes do século anterior: continuou a se pensar em categorias gramaticais universais, na existência de um sistema lógico subjacente a qualquer língua, numa sintaxe baseada na ordem das palavras e na função precípua de toda língua de expressar os pensamentos. Por outro lado, prosseguiu também o trabalho descritivo das línguas asiáticas, americanas e africanas.

Desse período é importante a Gramática de Fernão Oliveira (1536) por ser a primeira da Língua Portuguesa. Também conforme exposto, temos gramáticas representantes das “gramáticas filosóficas”, como a de Jeronymo S. Barbosa (1822).

O Século XIX: a gramática comparada

No século XIX, o parentesco linguístico foi objeto de estudos altamente especializados, que utilizam método denominado comparativo. A esse tipo de estudo é comum atribuir-se o rótulo de gramática (ou filologia) comparada ou de linguística histórica. Na verdade, a preocupação com a origem das línguas, sua semelhança, a etimologia das palavras é bem anterior, mas só a partir da descoberta do sânscrito, em fins do século XVIII, é que os estudos comparativistas passaram a ter o objetivo de identificar as famílias de línguas e mostrar ser a mudança linguística um processo regular.

Foram os neogramáticos que formularam mais sistematicamente os princípios e métodos da gramática comparada, se bem que muitos deles tenham sido modificados a luz dos desenvolvimentos posteriores da linguística. Sua principal tese vai de encontro ao pensamento de Grimm no que concerne às exceções à lei de mudança fonética regular: Grimm admitia as exceções, mas os neogramáticos consideravam que as leis fonéticas tinham caráter absoluto. Nesse aspecto, estavam eles adotando o pensamento vigente na época para a biologia, em sua abordagem positivista, - modelo darwiniano -, de que a evolução biológica se processa segundo leis imutáveis. Outro princípio do movimento dos neogramáticos era o de que o único método científico de estudo da língua é o histórico. Nesse ponto, colocaram-se eles em posição contrária à dos filósofos cartesianos dos séculos XVII e XVIII, que, seguindo uma trilha que teve início na antiguidade clássica, com Platão, Aristóteles e os estóicos, defendiam o princípio de que a língua é reflexo do pensamento e que, assim sendo, as diferentes línguas compartilham propriedades universais que deveriam decorrer de propriedades universais da mente humana.

As gramáticas desse período priorizam a palavra, enfatizando a sua origem, formação, sentido e relações. No Brasil, um exemplo de gramática histórica é a de Eduardo Carlos Pereira (1935), que assim a conceitua: “Gramática histórica da língua portuguesa é o estudo da origem e evolução do português no tempo e no espaço”. (op cit: 17)

A GRAMÁTICA NOS SÉCULOS XX E XXI

No século XX

No século XX temos os estruturalismos linguísticos: europeu e americano, cujos representantes são: Ferdinand de Saussure e Noam Chomsky, respectivamente.

O estruturalismo europeu prega a linguística imanente, o estudo da língua por si mesma. O representante do estruturalismo americano, Chomsky, criou a Gramática Gerativa, partindo do pressuposto que suas regras são universais linguísticos.

A Teoria chomskyana está perfeitamente identificada com a corrente filosófica do racionalismo que tem sustentado que os fundamentos da linguagem são inatos no homem, o qual, ao nascer, traz como bagagem biológica as propriedades estruturais e de organização que todas as línguas compartilham. Posição contrária é definida pelo empirismo (o estruturalismo, de modo geral) para quem, conhecer é experimentar. A língua é vista como um sistema, ela parte da observação de que todo conceito é determinado por outros do mesmo sistema e nada significa por si só. Daí as famosas dicotomias saussuriana: *langue/parole/sintagma/paradigma*, etc.

Chomsky, embora tenha desenvolvido suas primeiras idéias ao longo da tradição “bloomfieldiana”, adotou posição crítica em relação a Bloomfield, linguística americano, convicto behaviorista, bem como a todo o estruturalismo: este limita a sua indagação ao nível da estrutura superficial, descartando o estudo dos mecanismos e processos profundos que geram os fatos descritos.

No Brasil, a Gramática Gerativa eclodiu nas décadas de 70-80, através das adaptações ao Português, por estudiosos brasileiros, entre os quais destacamos Koch e Silva (1983). É o ensino da análise sintática pelo modelo, arbóreo, bastante comum nos livros didáticos da época.

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)

Para colocar em ordem a confusão terminológica que reinava ainda no final do século XX (mistura de terminologia) o então Ministro da Educação e Cultura, Prof. Dr. Clóvis Salgado da Gama, designa uma comissão para elaborar um projeto que simplifique e unifique a terminologia gramatical. Essa comissão foi constituída por cinco professores catedráticos do Colégio Dom Pedro II, que por nessa época era frequentado pelos filhos da elite carioca, sendo o Rio de Janeiro a capital brasileira. Os cinco professores designados foram: Antenor Nascentes (Presidente), Clóvis do Rego Monteiro, Cândido Jucá Filho, Carlos Henrique da Rocha Lima (Secretário) e Celso Ferreira da Cunha.

Outro aspecto a ser considerado nesse período é a discussão entre os gramáticos, pois uns queriam manter a adoção de autores de prestígio a fim de manter a hegemonia do uso padrão e outros queriam considerar as variações linguísticas portuguesas e brasileiras.

A Fase pós – NGB

A fase pós –NGB prima pela diversidade de pontos de vista, em que alguns gramáticos buscam somar os avanços dos estudos linguísticos para situar o papel da gramática na sociedade linguística, ainda que as regras gramaticais mantenham-se fiéis à tradicionalidade da gramática normativa, e outros estão preocupados com a instituição escolar, e dessa forma, a gramática é apresentada como uma disciplina.

Um dos gramáticos representativos da facção que busca articular a teoria gramatical com as novas experiências da ciência linguística, situando o papel da gramática, e do gramático, é Evanildo Bechara que envereda por esse caminho na década de 1960.

A Linguística Textual

A Linguística Textual traz o texto como modelo de análise. Trabalhando com todos os tipos de texto, inclusive com aqueles que não têm compromisso com a norma padrão, ela extrapola os limites da Gramática Tradicional (Barbosa de Barros, 2010). Nascida na Europa, na década de 60, aproximadamente, chega ao Brasil, na década de 80 aproximadamente. Inicialmente adotando uma abordagem sintático-semântica, ela passa, paulatinamente, a incorporar a Pragmática, introduzindo a enunciação na leitura e produção do texto.

Na década de 80 se delineou com vigor a abordagem cognitiva do texto, culminando, na década de 90, agora, porém, com forte tendência sociocognitiva.

Em consonância com esse paradigma linguístico, a gramática abre espaço para uma abordagem discursiva que desponta paralelamente, visto que o objetivo da Gramática foi, e continua sendo a Norma Padrão¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o objetivo deste trabalho foi examinar a função e o objetivo da Gramática Tradicional, desde a sua origem na Grécia Antiga até nossos dias, partindo do pressuposto que a cultura de um povo se constrói tendo como suporte o contexto vigente, mostrou-se que a gramática tradicional, desde a Antiguidade (quando ela surgiu) até nossos dias, reflete, na maioria das vezes, o paradigma teórico do contexto sócio-histórico vigente.

Por exemplo, na Antiguidade clássica, a gramática está voltada para a literatura, com o objetivo de tornar acessível as obras de Homero, e há a preocupação em preservar o grego clássico de corrupções. E, na Idade Média, tem-se uma gramática baseada nos princípios filosóficos, pois a escolástica que é o resultado da integração da filosofia aristotélica com o pensamento cristão, retoma a idéia de um sistema universal, criando-se os universais linguísticos.

Constatou-se, no entanto, que há aspectos preponderantes, que marcam a maior parte dos estudos gramaticais:

- a) o objetivo da Gramática – transmitir a Norma Padrão;
- b) a influência da filosofia.

Atualmente, desde que o contexto sócio-histórico é outro, lógica e possivelmente, os estudos gramaticais não

estão sujeitos a uma visão que privilegia apenas esses dois aspectos citados. É importante, pois, que as pesquisas nesse âmbito sejam bastante incentivadas, principalmente porque, hoje, o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa se faz a partir dos mais variados gêneros discursivos, entre os quais muitos não têm compromisso com a norma padrão.

Para concluir, nas palavras de Leite (1998: 179-181):

Analisar a língua, quer na modalidade escrita quer falada, é sempre difícil. [...] Há várias possibilidades teóricas para explicar o fenômeno linguístico da norma e, entre elas, as perspectivas linguística, pragmática e antropológica. A primeira vem da teoria de Coseriu (1987), que acrescentou a noção de norma à dicotomia saussuriana língua/fala ... [...] Outra possibilidade de se estudar a norma é pela perspectiva pragmática de realização da língua. Assim, [...] há a norma do falar objetivo [...] segundo a qual entendemos que cada grupo tem sua própria norma e que, conseqüentemente, há tantas normas quantos grupos sociais houver. [...] há outro tipo de norma que é a norma prescritiva, cujo objetivo é o de impor um uso extraído da língua literária de épocas sempre anteriores à dos falantes contemporâneos. (grifos do autor)

NOTAS

1 Com discussões acaloradas na mídia entre os meses de maio e junho de 2011.

2 Prefere-se aqui esta denominação a de 'Norma Culta', tendo em vista não considerar a priori o falante de alguma outra norma variante da língua portuguesa como inculto.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA DE BARROS, Vanessa. Gramática e Contexto: uma abordagem histórica dos estudos gramaticais da sua origem até a atualidade. **TCC - Letras** – FATEA, Lorena, 2010.
- BURNS, Edward Mcnall. **História da Civilização Ocidental**, Porto Alegre: Editora Globo, 1971
- GOIS, Antônio. Mesmo falantes cultos não seguem a norma padrão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. C8, 22 de maio de 2011.
- KOCH e SILVA, **Linguística Aplicada ao Português: sintaxe**. São Paulo: Cortez Editora, 1983.,
- LEITE, Marli Quadros. Língua falada: uso e norma. In: PRETI, Dino (org.). **Estudos de língua falada: variações e confrontos**. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 179-208
- LOBATO, Lucia Maria Pinheiro. **Sintaxe Gerativa do Português**, Da teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação, Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Vertente grega da Gramática Tradicional**, Brasília: Hucitec, 1987.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática Histórica**. 9. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.
- ROSSI, Clóvis, Inguinorância. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A2, 15 de maio de 2011.